

Livro nº. 8
Folha 10



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2013/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018/04/25

Ata da sessão da Assembleia Municipal de 25 de abril de 2018

----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, no edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Abertura solene da sessão comemorativa do 44º Aniversário do “25 de abril” (Intervenções de cada bancada alusivas à efeméride: cinco minutos cada intervenção);-----

2. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro;-----

3. Presente para apreciação e autorização a Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de Competências na freguesia de Rio Caldo - Toponímia de Rio Caldo;-----

4. Análise e votação de proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal;-----

5. Informação sobre a decisão do Executivo Municipal relativa à adesão à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais;-----

6. Análise para conhecimento de proposta sobre reconhecimento de prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos;-----

7. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e dezassete;-----

8. Análise e votação da primeira revisão às Grande Opções do Plano para dois mil e dezoito; -----

9. Apresentação do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas. -----

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, o Dr. Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e o senhor Nuno Roupar o lugar de segundo secretário.-----

----- Estiveram presentes nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo e os vereadores, Dr. Adelino Cunha, Dra. Ana Genoveva e Dr. Paulo Sousa. Estiveram também presentes os membros

constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove, tendo-se verificado a falta justificada da senhora deputada municipal Maria Alice de Sá e Sousa, sendo esta substituída, nos termos da Lei pelo senhor deputado António Lages.-----

----- Comprovada a existência de “Quórum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, em primeiro lugar e relativamente às atuações iniciais alusivas ao “25 de abril”, dos terrabourenses João Luís Dias, poeta, acompanhado à viola pelo seu filho João Gil e ainda pela representação musical dos conhecidos irmãos Marcos e Rui Nogueira, deixou uma palavra de agradecimento e reconhecimento pela presença dos quatro intérpretes que tão bem abrilhantaram a cerimónia que antecedeu a abertura da reunião de trabalho da assembleia municipal.-----

----- Também nesta fase inicial, o Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou anuência à Mesa, que foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal para apresentar uma proposta de Voto de Pesar pelo falecimento de um ex-colaborador do Município, no caso, do Senhor Bernardino Freitas Magalhães.-----

----- Explanada que foi esta proposta, logo de seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração a inclusão da mesma para inclusão na ordem de trabalhos, sendo aprovada, de imediato e por unanimidade e, assim sendo, o “Voto de Pesar pelo falecimento do Bernardino Freitas Magalhães” passou a constar como décimo e último ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Logo de seguida, o senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, tendo colocado a mesma à disposição para eventual consulta. -----

----- Posteriormente, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior que não mereceu qualquer intervenção e logo depois submetida à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Iniciado o período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra em primeiro lugar ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês. -----

----- Cumprimentando inicialmente todos os presentes, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês apresentou a sua questão dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o mau estado da estrada da Albergaria/Bouça da Mó e o que irá ser feito, pois os apoios que a câmara municipal concedia para esta situação foram retirados. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao Senhor deputado Manuel Sousa, conforme se transcreve na íntegra:-----

----- *Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa,*-----

----- *Exmo. Sr. Presidente da Câmara,*-----

----- *Caros Deputados Municipais,*-----

----- *Nesta data em que celebramos a democracia é bom lembrar que, para a consolidação deste regime, é necessário que exista uma participação ativa e informada dos cidadãos e a sua aproximação ao poder local. Para tal, o exercício da transparência municipal deve ser a preocupação de qualquer executivo no desempenho das suas funções para cumprir aquilo que é a boa imagem do poder político e dos órgãos locais e nacionais. Preocupa-nos a análise do último relatório do Índice de Transparência Municipal, que coloca o município de Terras de Bouro bem próximo do fim da tabela, ou seja, em 308 municípios o nosso ficou com o lugar 288. Este estudo, bem sabem, é realizado por uma comunidade de investigadores de várias universidades do nosso país e faz a análise dos sites de todos os municípios portugueses com base em 76 indicadores agrupados por áreas como a organização, composição e funcionamento do município, relatórios, planos, impostos, taxas, preços, contratação pública, transparência na área do urbanismo e económica e financeira. Nos últimos anos o município subiu no índice, mas estamos agora numa fase de retrocesso. Consideramos importante deixar claro que a transparência é importante para a seriedade e o respeito pelos órgãos autárquicos e que a população tem o direito e até, em parte, o dever de estar informada sobre a governação do nosso município. Acreditamos que este relatório seja já do conhecimento deste executivo e que seja intenção alterar a orientação, para o caminho seja exemplar na gestão e transparência autárquica que comprovadamente e de forma independente não é a melhor. Gostaríamos de deixar o alerta para a limpeza de praias fluviais, dado que estamos próximos de mais uma época balnear e seria importante que a imagem das nossas praias fosse recomendável. Sabemos que em relação às praias de Albufeira da Caniçada a elevada cota da água pode não permitir intervenção, mas temos o exemplo de Moimenta, onde a limpeza se encontra por fazer.*-----

----- Fim da transcrição e intervenção do Senhor deputado Manuel Sousa.-----

----- Seguidamente assumiu a palavra a Senhora deputada Eduarda Pereira começando por elogiar as comemorações ao “25 de abril” para logo depois questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o saneamento e mais concretamente

um esclarecimento sobre a construção da ETAR em Souto. Ainda na sua intervenção, a senhora deputada, falou sobre a temática do turismo, nomeadamente, quais os horários e modo de funcionamento previstos para os postos de turismo.-----

----- De seguida, iniciou-se o período de respostas e esclarecimentos por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal aos Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal saudou mais uma vez os presentes e relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, respondeu que a estrada da Bouça da Mó é pertença do ICNF que cobra taxas pela sua utilização, mas que, na verdade, em Terras de Bouro é que esse dinheiro não fica, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Atualmente, nem os jovens de Terras de Bouro lá trabalham pois há uma empresa privada de segurança nas portagens. A verdade, continuou o Senhor Presidente é que a Câmara Municipal estava a gastar nove mil euros por ano, mais um funcionário para o efeito, numa via que não lhe pertence, o que não está correto, reiterou. Relembrou também o Senhor Presidente que existe uma verba alocada de quatrocentos e trinta mil euros para esta área, mas que também lhe foi dito numa reunião pelo Dr. Aramando Loureiro que não existe nenhum projeto para a estrada em questão. O Senhor Presidente afirmou também que numa reunião que terá lugar a vinte de março com a Senhora Secretária de Estado do Ambiente, o assunto será abordado, sendo que há também contactos com os arquitetos do ICNF com o objetivo de se poder fazer algo de concreto, pois não pode a câmara municipal gastar cinquenta mil euros só para tapar buracos, sublinhou novamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- À intervenção do Senhor Deputado Manuel Sousa, o Senhor Presidente retorquiu que relativamente ao último relatório do Índice de Transparência Municipal, realmente Terras de Bouro não está bem classificado, mas que para o próximo ano tudo se fará para que esteja melhor. Os índices de avaliação, como sabem, dizem respeito ao site da autarquia que até vai ser reformulado, sendo que, os três concursos públicos que estão a decorrer e a ser divulgados até ajudam, entretanto, a melhorar o ranking. Já relativamente às praias fluviais o assunto vai ser resolvido da melhor maneira. A cota da albufeira subiu a pedido do Município tendo em vista a colocação da embarcação "Rio Caldo" e há um grupo de pessoas de Vilar da Veiga que irá intervir na limpeza das margens daquela zona, afirmou o Senhor Presidente. -----

----- Já relativamente à intervenção da Senhora Deputada Eduarda Pereira o Senhor Presidente agradeceu as palavras iniciais e sobre a ETAR em Souto, informou que a

empresa em questão quer construir o interceptor em Souto, tendo já decorrido uma reunião com as Águas do Norte para resolver o problema. É, neste momento, um assunto em estudo. Quanto aos postos de turismo, há um problema com a falta de pessoal, existindo a necessidade de contratar pessoas a recibos verdes para efetuar o trabalho, salvaguardando a necessidade de estes terem formação adequada para desempenhar essas funções. Há várias situações em equação, nomeadamente, a transferência dos CTT do Gerês para o edifício do Centro de Animação daquela vila. --

---- Neste período, o Senhor Deputado António Pires de Oliveira pediu a palavra para se referir ao assunto da estrada da Bouça da Mó e do seu estado lastimável de conservação e abandono, aliás como no mesmo estado está a praia fluvial da Albufeira de Vilarinho da Furna. Terminou o senhor deputado aludindo à forma pouco clara como foi elaborada pelo *PNPG* a lei das portagens aplicadas na estrada em questão e de como a Câmara Municipal, no passado abandonou a situação de praia fluvial de Vilarinho da Furna.-----

---- Relativamente a este último assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a intervir para informar que é preciso perceber as intenções dos arquitetos do *ICNF* relativamente à estrada e se a via, realmente, lhes pertence. O Senhor Presidente tem a intenção de convidar a Senhora Secretária de Estado do Ordenamento do Território para visitar o concelho e nomeadamente aquela área para perceber o problema, já que se torna fundamental e necessário que existam vozes de protesto para resolver a questão definitivamente, sublinhou o Senhor Presidente, que afirmou ainda a importância de se defender da melhor maneira os interesses do concelho e do município. Já relativamente à albufeira de Vilarinho da Furna, o Senhor Presidente disse que na reunião do Conselho Estratégico se abordará a necessidade de melhorar o plano da albufeira. É um facto que podia ter, por exemplo “gaivotas” e outras infraestruturas e, desta forma, aliviava um pouco a albufeira da Caniçada, ao mesmo tempo que atraía mais turismo para esta zona. -----

---- Seguiu-se o período reservado às intervenções do público presente, solicitando a palavra o Sr. José Guimarães de Vilar da Veiga.-----

---- Assumindo assim a palavra, o Senhor José Guimarães referiu-se ao aspeto da limpeza das margens da albufeira e de como seria bom que todos os que a utilizam, nomeadamente, os operadores turísticos e desportivos, participassem e fossem obrigados a limpar essa área, tal medida pouparia muito dinheiro à câmara municipal, finalizou o Sr. José Guimarães.-----

--- Terminado este período de “antes da ordem do dia”, entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos com os seguintes dez pontos, depois da alteração introduzida: ---

1. Abertura solene da sessão comemorativa do 44º Aniversário do “25 de abril” (Intervenções de cada bancada alusivas à efeméride: cinco minutos cada intervenção);-----

2. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro;-----

3. Presente para apreciação e autorização a Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de Competências na freguesia de Rio Caldo - Toponímia de Rio Caldo;-----

4. Análise e votação de proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal;-----

5. Informação sobre a decisão do Executivo Municipal relativa à adesão à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais;-----

6. Análise para conhecimento de proposta sobre reconhecimento de prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos;-----

7. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e dezassete;-----

8. Análise e votação da primeira revisão às Grande Opções do Plano para dois mil dezoito;-----

9. Apresentação do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas;-----

10. Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Bernardino Freitas Magalhães.-----

----- Assim sendo teve início o período de intervenções alusivas ao 44º Aniversário do “25 de abril”, começando por usar da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal segundo intervenção que de seguida se transcreve na íntegra:-----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal-----

Exmos. Sra. e Srs. Vereadores-----

Exmos. Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal-----

Exmos. Sra. e Srs. Presidentes de junta de freguesia-----

Comunicação social-----

Estimado Público-----

Na memória coletiva, o 25 de Abril está associado à conquista da Liberdade e à coragem dos que não se acomodaram e perceberam que a nada é eterno, assim o queiram os homens.-----

O espírito de Abril está, intimamente ligado a um conjunto de valores éticos que foram beber nos princípios da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade.-----

Há 44 anos Portugal vivia isolado da comunidade internacional, a braços com uma guerra colonial que já durava há vários anos, em que sociedade portuguesa estava cansada da privação da liberdade, e exausta da guerra colonial que ceifou sonhos e vidas.-----

Também hoje devemos lembrar estes soldados do Ultramar, em particular, os soldados nascidos em Terras de Bouro, que lutaram em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau ... que tiveram de abandonar a terra e a família. Que tiveram de abandonar as casas dos seus pais, vestir uma farda, empunhar uma arma e marchar para a guerra.

É indiscutível que Portugal é hoje um país livre, mas parte significativa da população, os que tal como eu, têm menos de 62 anos, nos habituamos a viver sempre como cidadãos adultos, em Democracia, acabando muitas vezes por não dar o devido valor à rotina da prática democrática, nomeadamente no que diz respeito aos atos eleitorais e à participação cívica que lhe está inerente.-----

O 25 de Abril é sobretudo saber corresponder às amplas exigências democráticas, nomeadamente à criação de um Estado Social, que assegure a todos um mínimo de rendimento a uma vivência condigna, que auxilie e ampare os mais desprotegidos, que promova a proteção dos grupos sociais mais vulneráveis, especialmente as crianças e os idosos, é uma aspiração da Revolução e um imperativo civilizacional.-----

Um dos sonhos de Abril, é de construir uma "sociedade mais justa e equilibrada, em que os benefícios do desenvolvimento contemplassem a todos", mas que ainda está por cumprir. "Pois ficámos muito aquém na concretização dessa ambição", pois ainda hoje assistimos a um forte "dualismo" entre litoral e interior, a "desigualdade na distribuição de rendimentos" a persistência da pobreza, que afeta especialmente os idosos que vivem com poucos rendimentos.-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

O 25 de Abril foi a génese de um Poder Local democrata, autónomo e representativo da população. O Poder Local tem sido um dos motores de progresso e modernização do país. A autonomia local transporta uma relevante dimensão democrática, estruturante da República e do Estado, associada à ideia de prossecução de

interesses próprios das populações por órgãos representativos e democraticamente eleitos.-----

A evocação de Abril não pode ser encarada como um ritual retórico, mas deve constituir-se como um imperativo intergeracional. É nos momentos difíceis que se avalia a têmpera de um povo. E nós somos o povo que rasgou os mares descobrindo terras, o povo que globalizou o comércio e que fundou a grande aldeia global. Estou certo que somos um povo capaz de cumprir o sonho de Abril.-----

Sr. Presidente, Srs. Autarcas!-----

Estou ciente que todas as iniciativas desenvolvidas desde outubro de 2017 estão focadas nas pessoas. Nesta linha de atuação o executivo Terrabourense, do Município e das nossas Freguesias, têm-se norteado precisamente por esse conceito, aliás bem patente nos Planos de Atividade e respetivos orçamentos que pugnam pela preocupação com as famílias.-----

Sr. Presidente, cumprir Abril aqui em Terras de Bouro, é continuar a cumprir o programa de ação governativa municipal, sucessivamente validado pela nossa Assembleia Municipal, e que em boa hora o Sr. Presidente e sua equipe entenderam por bem prosseguir.-----

Viva o 25 de Abril!-----

Viva a Liberdade!-----

Viva Terras de Bouro!-----

----- *Fim da intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.*-----

----- *A intervenção seguinte pertenceu à Senhora Deputada Eduarda Pereira também nos moldes que, de seguida, se transcrevem:*-----

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Srs. Membros da Mesa da Assembleia Municipal-----

Ex.mo Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro-----

Ex.mos Sr. Vice-Presidente e Srs. Vereadores Municipais-----

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal-----

Ex.mos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e restantes Membros de Juntas e Assembleias de Freguesia presentes-----

Ex.mos Srs. Representantes de Instituições e Coletividades presentes-----

Ex.mos Srs. Representantes de Órgãos de Comunicação Social-----

Ex.mo Público e Caros Cidadãos-----

Estamos num dos palcos, a Assembleia Municipal, onde fará mais sentido recordar e homenagear a emblemática data de 25 de Abril de 1974 – O dia da “Revolução dos

Cravos” e da “Primavera” do Povo Português que após décadas de regime ditatorial viu a sua liberdade restaurada e reforçada como em nenhum outro período da história portuguesa.-----

Numa época em que o esquecimento e a desvalorização das vitórias e dos valores de Abril de 1974 ganha terreno na cultura da nossa sociedade, faz o maior sentido recordarmos com veemência as conquistas da “Revolução dos Cravos”.-----

25 de Abril de 1974 é o símbolo da democracia, da liberdade de expressão, do direito ao progresso, dos direitos de trabalho, da ambição por direitos de igualdade e oportunidades e o direito de lutar por eles.-----

Hoje candidatamo-nos, elegemos e somos eleitos. -----

Hoje opinamos, criticamos e escolhemos.-----

Hoje temos deveres mas também direitos e liberdades.-----

Os órgãos democráticos dos quais fazemos parte e para os quais fomos eleitos são também uma vitória de Abril.-----

A Assembleia Municipal é uma das materializações da democracia representativa por excelência, um espaço de debate de ideias, um espaço onde solicitamos informação ao poder executivo e temos direito a esclarecimentos, onde fiscalizamos e acompanhamos, onde deliberamos, onde apreciamos e discutimos propostas, sempre em prol dos cidadãos que nos elegeram e que representamos e tendo por base a promoção e a salvaguarda dos interesses das nossas populações.-----

Não esqueçamos por isso, a responsabilidade acrescida de cada um de nós que escolhemos a vida política e o desempenho de cargos públicos, na promoção e divulgação dos valores democráticos e na consciencialização da população para a importância da participação cívica. -----

Que tenhamos sempre a capacidade de exercer os nossos cargos tendo como linha orientadora e prioridade absoluta os interesses das populações que representamos, só assim honraremos os valores da Revolução de Abril e da Democracia.-----

E não esqueçamos o direito universal de voto como base fundamental da democracia. Esta é uma das maiores responsabilidades da vida democrática, que o saibamos sempre exercer com consciência e com um sentido de melhorar a qualidade de vida da sociedade onde estamos inseridos, sem ceder às tentações do individualismo e dos caminhos mais fáceis. -----

A democracia está viva mas não é um dado adquirido e como tal tem que ser preservada.-----

E Sempre que os valores da revolução pareçam esquecidos, lembrem-se "Plantem um Cravo!"-----

Viva o Povo Português, Viva Terras de Bouro, Viva a democracia, Viva a Liberdade!---

---- Fim da intervenção da Senhora Deputada Eduarda Pereira. -----

---- O Senhor Deputado Vítor Fernandes foi o interveniente seguinte e sobre as comemorações do 44º Aniversário do "25 de abril", fez a seguinte declaração, que de seguida se transcreve na íntegra: -----

Ex. mos (as) Senhoras(es)-----

Completam-se hoje, exatamente hoje, 44 anos sobre a revolução do 25 de abril, também conhecida como a "revolução dos cravos" ou também como a "revolução da liberdade".-----

O 25 de abril de 1974 significou um acontecimento histórico na vida coletiva de um pequeno e grande país, chamado Portugal.-----

O 25 de abril de 1974 significou uma rotura política, à data cada vez mais anunciada, pela maioria dos portugueses, com vista à adoção de um novo modelo político, social e económico.-----

No plano político, a "revolução de abril" significou que Portugal implantasse uma democracia pluripartidária, com eleições livres e gerais, modelo este em linha com os modelos das democracias ocidentais.-----

No plano social, o "25 de abril" significou a adoção de políticas e medidas que contribuíssem para a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos, independentemente do género, da religião, ou do estatuto social, nomeadamente no acesso aos serviços públicos de educação, de saúde, de segurança social, e de justiça, entre outros.-----

No plano económico, o "25 de abril" representou o abandono de um modelo económico centrado nas matérias primas e nos mercados das ex-colónias, a par do estabelecimento de direitos fundamentais dos trabalhadores, como o salário mínimo, a liberdade sindical.-----

O 25 de abril foi uma transformação fundamental, no sentido de um Portugal europeísta e moderno, sintonizado com a civilização ocidental, civilização essa que Portugal ajudou a forjar, desde as primeiras viagens marítimas, iniciadas no século quinze, pelos seus navegadores.-----

Hoje, em 2018, e numa sessão evocativa do 25 de abril, vem a propósito avaliar a evolução de cada um daqueles planos de transformação – o plano político, o plano social e o plano económico.-----

Os avanços são incontestáveis, mesmo para os mais céticos, tal como algumas dificuldades e alguns desvios são igualmente inegáveis.-----

Pela sua relevância, e por uma questão de economia de meios, porque o tempo é limitado, o Partido Socialista nesta sessão pretende realçar a consolidação de um sistema político democrático, o qual urge ser melhorado, dados os sinais preocupantes e crescentes de afastamento de um considerável número de concidadãos em relação à atividade política, quer no espaço político-partidária quer fora deste.-----

Estamos em crer que cabe em primeiro lugar a todos os agentes políticos, individualmente, em grupos ou em partidos, adotarem práticas que envolvam cada vez maior número de cidadãos.-----

Tal trabalho, de envolvimento de um número crescente de cidadãos e de aproximação entre eleitores e eleitos, é exigente, é permanente e é de difíceis resultados, mas essencial para preservar e consolidar a democracia e a liberdade, fundada em Portugal, em 25 de abril de 1974.-----

Viva o 25 de abril,-----

Viva Terra de Bouro,-----

Viva Portugal-----

----- Fim da intervenção do Senhor Deputado Vítor Fernandes. -----

----- Prossequindo a sessão, pertenceu ao Senhor Deputado Alexandre Pereira a intervenção seguinte segundo transcrição que agora se apresenta na íntegra: -----

----- Por ocasião do 44.º aniversário da Revolução de Abril-----

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional. -----

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. -----

Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais, como é exemplo no nosso Concelho a falta de estruturas e apoio à agricultura tradicional e a novas produções de agricultura biológica de frutos do bosque, cogumelos, plantas medicinais e a criação

de gado bovino e caprino. A gestão e utilização da floresta de forma sustentada mas geradora de emprego e riqueza. -----

O Turismo, importante atividade económica no nosso Concelho, precisa de ser revitalizado, não pode ser apenas oferta de sol e paisagens bonitas durante 3 ou 4 meses no ano.-----

É necessário também valorizar e defender intransigentemente a manutenção e alargamento os serviços públicos prestados às populações, CTT, Bancos, serviços de finanças, educação e saúde, conquistas maiores do 25 de Abril. Só assim se pode combater o flagelo do abandono e envelhecimento, só defendendo estas conquistas trazidas pela revolução do 25 de Abril, garantindo as respostas a estas necessidades e direitos fundamentais se pode fixar as populações. -----

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.-----

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. O acordo subscrito à uns dias ao mais alto nível entre o PS e o PSD quanto à transferência de competências para as autarquias e sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia "Portugal 2030" reveste-se de um inegável significado político. Este acordo subscrito sobre a transferência de competências para as autarquias locais traduz a convergência de quatro décadas entre PS e PSD no percurso de desresponsabilização do Estado por funções que lhe competem e de transferência de encargos para as autarquias, sacudindo para cima do Poder Local a justa insatisfação da população pela ausência de resposta que, em nome do défice e da dívida, tem negado o investimento e financiamento devido em áreas essenciais. Durante quatro décadas foi pela mão destes partidos que se privilegiou a desconcentração enquanto instrumento de fuga à regionalização – sempre adiada por PS e PSD -, e que se agravaram as condições de financiamento das autarquias com a revisão dos regimes legais e o seu posterior incumprimento. Os

pressupostos em que assenta o processo não deixam margem para dúvidas: a explícita afirmação de que, deste processo, não pode resultar aumento de despesa pública; o crónico subfinanciamento patente em todos os domínios a transferir; a intenção de situar a quantificação de meios (já por si subavaliados) na perspetiva da manutenção/conservação ignorando o estado atual de partida do património e demais recursos associados. Denominar de descentralização o processo de transferência de competências para as autarquias locais é uma falácia. Para o PCP, descentralizar é bem mais que isso: envolve a regionalização sem a qual não haverá uma delimitação coerente de competências entre os vários níveis de administração; exige a reposição das freguesias com o que isso representa de proximidade e participação democrática; inclui a transferência de poderes para planear, programar e executar as infraestruturas e equipamentos necessários; impõe a afirmação plena da autonomia administrativa e financeira que constitucionalmente o Poder Local tem consagrado. Condições essenciais a um processo sério de descentralização que uma vez mais PS e PSD adiam a pretexto de novos e infundáveis estudos. A transferência de encargos para as autarquias e a desresponsabilização do Estado são parte de uma orientação estratégica de desestruturação de funções sociais constitucionalmente consagradas. Para o PCP é inaceitável que direitos fundamentais como os direitos à segurança social, à saúde, à educação e à cultura fiquem dependentes e condicionados pelas possibilidades financeiras de cada autarquia pondo em causa a sua efetiva garantia. O acordo firmado representa um passo na reconfiguração do Estado ao arrepio da Constituição, contrária aos interesses da população e atentatória da assunção pelo Estado de funções cuja dimensão universal e pública só este pode garantir a partir de políticas nacionais e que, pela sua natureza, não podem encontrar resposta séria no emparcelamento territorial que da concretização deste acordo resultaria. O PCP sublinha que foi a convergência de PS, PSD e CDS, expressa na política imposta por sucessivos governos que conduziu o País a uma grave situação no plano económico e social. Uma convergência em torno de uma política que agravou a dependência externa, degradou o aparelho produtivo, fragilizou os direitos dos trabalhadores, privatizou empresas e recursos estratégicos, endividou o País, concentrou riqueza e poder nas mãos do grande capital. Uma convergência que trouxe problemas em vez de soluções para o País.-----

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta

aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.-----

Apelamos por isso aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.-----

----- Fim da intervenção do Senhor Deputado Alexandre Pereira. -----

----- A última intervenção alusiva ao primeiro ponto pertenceu à Senhora Deputada Isménia Loureiro segundo a seguinte transcrição:-----

Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

Exmº Senhor Presidente da Camara-----

Senhores Secretários da Mesa-----

Senhores Vereadores e Membros do Gabinete de Apoio à Presidência-----

Senhoras e Senhores Deputados-----

Chefes de Divisão-----

Comunicação Social-----

Digníssimos Municípes Presentes:-----

Passam hoje 44 anos sobre o 25 de Abril.-----

Para muitos de nós, esta é mais uma data da história de Portugal.-----

Comemorar o 25 de Abril, mais do que recordar uma data, é descer à fonte e entender os motivos e motivações que lhe estiveram na origem. É lembrar as dificuldades com que o país se deparava a todos os níveis. É recordar o grau de pobreza que grassava na generalidade das famílias. É relembrar a dureza do regime que, para além do mais, retirava a liberdade de expressão, de associação e de organização a quem não prosseguisse as orientações e as regras da ditadura.-----

Para o chefe do Governo de então era considerado que “ o equilíbrio de uma sociedade, assenta no grau de pobreza do seu do povo”, concluindo que “quanto mais pobre, mais solidário é o povo”.-----

Virada essa página da história e recuperadas as liberdades fundamentais, não deixa de fazer sentido o que escreveu o Padre Manuel Antunes, jesuíta de craveira e de

pensamento amplo nas questões políticas e sociais, e que afirmava que, “o 25 de abril chegou tarde para a ditadura e cedo para a democracia”. Bem entendido este pensamento, leva-nos a refletir sobre o abuso da liberdade, sobre as portas que se abrem a novos extremismos e sobre as ameaças que pairam e se materializam nos tempos hodiernos.-----

Felizmente, a nossa sociedade, tem convivido bem desde o 25 de abril, orgulhando-se dos valores multiculturais e multirraciais que pratica.-----

Contudo, no que à liberdade de expressão diz respeito, há limites que devem ser cumpridos, limites esses que a própria liberdade permite e impõe. Ora, não raras vezes, temos sido confrontados com verdadeiros abusos nessa área. O princípio do respeito mútuo baseia-se numa premissa muito simples: “ a liberdade de cada um termina onde começa a liberdade do outro”.-----

Norteados por este paradigma, a liberdade é e será sempre um princípio a defender e a preservar.-----

O 25 de abril continua assim a fazer sentido, continua a fazer parte do presente, enquanto garante e referência de liberdade.-----

Os cravos que desabrocharam no 25 de abril de 74 hão de perdurar pelo tempo, deixando sempre no ar e impregnado na sociedade o aroma dos sublimes valores de abril.-----

Viva o 25 de abril.-----

Viva Terras de Bouro-----

---- Fim da transcrição e intervenção da Senhora Deputada Isménia Loureiro e do Período de intervenções alusivas ao “25 de abril”.-----

---- O período da Ordem do Dia prosseguiu com a apresentação da situação económica e financeira do Município, ponto dois, começando o Senhor Presidente do Município por referir o montante da receita e da despesa, até ao dia dezassete de abril. Assim em operações orçamentais de receita cobrada o valor até dia dezassete de abril foi de dois milhões, setecentos e trinta e dois mil, quinhentos e noventa e um euros e oitenta e um cêntimos e em operações de tesouraria foi de cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete euros e trinta e seis cêntimos. Já do lado da despesa em operações orçamentais o valor foi de um milhão, novecentos e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta euros e setenta e nove cêntimos e em operações de tesouraria o valor foi de cento e setenta mil, duzentos e cinquenta e sete euros e quarenta e nove cêntimos.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Câmara procedeu à apresentação das atividades do município realizadas entre o dia vinte e três de fevereiro e o dia desta sessão. -----

----- Referiu então, sobre a Divisão de Obras Municipais, as obras em fase de projeto como a construção do açude a jusante da Ponte de Gondoriz e a construção da Ecovia entre Moimenta e Souto, além das várias reparações de vias rodoviárias e infraestruturas municipais de água, assim como a limpeza das mesmas. Referiu-se ainda às obras em fase de concurso/adjudicação como a requalificação e adaptação das escolas básicas de Rio Caldo e do Gerês.-----

----- Relativamente à Divisão de Planeamento e Urbanismo, deu conhecimento da atividade de concessão de várias licenças de utilização e construção e certidões emitidas pelos serviços.-----

----- Continuando a sua intervenção, o senhor Presidente do Município comunicou e abordou ainda os seguintes assuntos: candidaturas de vária índole ao Minho Inovação; o Projeto da Raia Termal; o Projeto Gerês Dinâmico; a candidatura à Eficiência Energética dos edifícios municipais; a reparação da embarcação turística "Rio Caldo"; o Projeto PNPG GO; a preparação das Festas Concelhias deste ano; o Torneio de Futsal concelhio; a organização da Semana da Leitura e as atividades do projeto Bem Envelhecer; a presença na BTL; os Fins de Semana Gastronómicos; a realização da exposição "Maria...Mulher de Fé" em conjunto com a Junta de Freguesia de S. Vítor/Braga; a adesão ao Fórum Termal do Eixo Atlântico; a visita do Sr. Presidente da República a vinte e quatro de março; a atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior pelo Município; a VI Feira da Chanfana de Cabra na Ermida; o Ultra Trail da Geira Romana e o anúncio da realização do Fim de Semana Gastronómico do Cabrito Biológico da Serra do Gerês a doze e treze de maio.-----

----- Aberto o período de inscrições sobre o segundo ponto não se registaram intervenções. -----

----- Posteriormente e já no terceiro ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente do Município informou sobre a necessidade legal da apresentação da Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de Competências na freguesia de Rio Caldo – "Toponímia de Rio Caldo", no intuito de se obter autorização da Assembleia Municipal para a respetiva despesa de apoio;-----

----- Aberto o período de inscrições sobre o terceiro ponto não se registaram intervenções e colocado à votação, o terceiro da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade. -----

----- No que diz respeito ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou as alterações introduzidas ao Regimento Municipal, decorrentes da reunião havida para o efeito e que constam da ata do dito encontro de trabalho e sobre a qual se deu conhecimento a todos os membros desta assembleia, nomeadamente, no que diz respeito à atualização dos artigos revogados.-----

----- Logo de seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para quem desejasse comentar ou avaliar este ponto e como tal não aconteceu, o quarto ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

----- Passando ao quinto ponto da ordem de trabalhos:” Informação sobre a decisão do Executivo Municipal relativa à adesão à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais”, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o mesmo e o Senhor Presidente da Câmara Municipal comunicou a decisão do Executivo Municipal sobre esta matéria e que foi a de “não adesão à ANAM”, sendo esta aprovada por maioria em reunião do Executivo Municipal, com o voto contra do Senhor Vereador, Dr. Luís Teixeira. -----

----- Aberto o período de inscrições, interveio o Senhor Deputado Vítor Fernandes para questionar a Mesa sobre se foram feitos pedidos de esclarecimento e informações sobre esta matéria. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu afirmativamente a esta questão, divulgando ao mesmo tempo os contactos efetuados para esclarecimentos.---

----- Colocado imediatamente à votação, o quarto ponto foi, na sequência da informação do Executivo Municipal, aprovado por maioria com o voto contra do senhor Deputado Vítor Fernandes do Partido Socialista. -----

----- O sexto ponto, “Proposta sobre reconhecimento de prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos”, foi depois alvo de apresentação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e justificada a sua apresentação para reconhecimento legal pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Sobre este ponto interveio a senhora Deputada Eduarda Pereira para sugerir, em situações futuras, a introdução das datas de vencimento das dívidas em questão.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu novamente a palavra para registar a sugestão da senhora deputada e dizer que e cita-se “ é pena o sigilo destas situações, deveria também constar o nome dos devedores”, fim de citação e intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Sobre o mesmo ponto interveio ainda o senhor deputado Guilherme Alves apresentando algumas dúvidas sobre as situações de incumprimento, nomeadamente, o que acontece nessas mesmas situações, ou seja, se há cortes dos serviços.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal retomou imediatamente a palavra para repondera esta última intervenção, afirmando que já aconteceram efetivamente cortes de serviços sempre com aviso prévio de que tal iria acontecer. -----

----- Sobre o mesmo foi assim considerado pela assembleia municipal o reconhecimento legal de prescrição de dívidas – “Lei dos Serviços Públicos”. -----

----- Continuando a sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto seguinte: *“Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a 2017”*. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio também neste ponto para agradecer à DAF o trabalho efetuado na elaboração do documento com um balanço positivo e referiu-se igualmente à apreciação positiva que é apresentada no relatório do Revisor Oficial de Contas, passando imediatamente a palavra ao Dr. Paulo Antunes, Chefe da DAF, que procedeu à apresentação detalhada dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano anterior.-----

----- Sobre este ponto interveio o senhor Deputado Manuel Sousa nos termos da seguinte intervenção que se transcreve na íntegra:-----

----- *Tendo em conta que o Relatório do Revisor Oficial de Contas se complementa com o Relatório Anual de Contas de 2017, fazemos a nossa análise de forma conjunta porque as considerações são as mesmas. Gostaríamos de obter esclarecimentos em relação ao que vem referido na página 24, onde confirmamos uma baixa do total do passivo, que será do cumprimento dos pagamentos dos empréstimos, no entanto, verificamos um aumento de 72.479 Euros para 147.605 Euros, no que refere a outros Credores. A que se deve este valor e quem são os Outros Credores? Na análise que fazemos este relatório, confirmamos que a gestão do município se encontra dentro do que se considera expectável. Para quem analisa relatórios e acompanha o desenvolvimento da atividade municipal percebe que este município convive, ao longo dos anos, com uma mera gestão de receitas e pagamentos de despesa corrente. As grandes obras e as grandes opções ficaram no papel e nas intenções como podemos constatar nos mapas do Plano Plurianual de Investimentos; obras como requalificação urbana, modernização de sistemas de água pública, praias, trilhos, rede viária, entre outras, essenciais para que se possa vislumbrar soluções para o crescimento e fixação de população. Claramente que as responsabilidades políticas e as opções*

tomadas, que estão em análise neste relatório, são da responsabilidade do executivo anterior, mas é importante que fique claro que necessitamos de uma mudança de rumo para evitar que este concelho continue a perder população e se torne ainda mais pobre. Por último, felicitar o bom trabalho de quem realizou o presente relatório.-----

----- Fim da transcrição e intervenção do senhor Deputado Manuel Sousa.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou novamente a palavra para responder que a fatia maior de responsabilidade deste documento é ainda do Executivo anterior, destacando o facto de que para este ano há uma quantidade enorme de projetos alocados e candidaturas aprovadas. Há também um levantamento das necessidades para sabermos o caminho que queremos percorrer, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Temos também de perceber para onde e como se gasta o dinheiro do orçamento municipal de uma forma séria e justa, disse o Senhor Presidente, reiterando a capacidade que o Município tem de e para endividamento se for necessário pagar obras.-----

----- Colocado logo depois à votação, o sétimo ponto, "*Documentos de Prestação de Contas relativos a 2017*" foi aprovado por unanimidade.-----

----- O oitavo ponto, "*primeira revisão às Grande Opções do Plano para 2018*" e após apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi justificado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal com a criação de rubricas de reforço financeiro para projetos comparticipados e financiados.-----

----- Aberto o período de inscrições, o Senhor Deputado Manuel Sousa solicitou a palavra para questionar os valores dos bens e serviços discriminados e qual a fundamentação para o reforço. -----

----- Ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que tais situações decorrem dos reforços de verbas feitos diariamente pelos serviços de contabilidade.-----

----- O oitavo ponto foi imediatamente colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

----- Sobre o nono ponto, "*Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas*" do mesmo foi relatado o seu conhecimento e sem intervenções, declarada a sua apresentação e conhecimento. -----

----- Por último, esta sessão da assembleia municipal ficou ainda marcada pela apresentação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Bernardino Freitas Magalhães, ex-colaborador do Município. Sendo aprovado por unanimidade, do

mesmo, todos os elementos da Assembleia Municipal e público presente procederam ao respetivo Minuto de Silêncio como homenagem e em memória do falecido.-----

----- Ainda antes de terminar a sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o envio à família para conhecimento do Voto de Pesar em questão, pedido esse que foi registado e dada anuência para que tal se venha a verificar.-----

----- Sendo já vinte e três horas, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Secretário da Assembleia Municipal



